



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 24 de Outubro de 2019

Empresas darão R\$ 2,7 milhões para reforma de escola palco de massacre

Dhiego Maia

SÃO PAULO Um conglomerado de dez empresas vai investir cerca de R\$ 2,7 milhões na reforma e na revitalização da Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano (Grande São Paulo), onde dois ex-alunos mataram cinco estudantes e duas funcionárias em março deste ano.

O anúncio foi feito nesta quarta-feira (23) por Rossieli Soares, secretário da Educação da gestão João Doria (PSDB).

O primeiro esboço do projeto, divulgado com exclusividade pela *Folha* em abril, sofreu alterações após críticas de pais e alunos da escola. Ficou de fora, por exemplo, o anfiteatro, que receberia eventos culturais do colégio.

A reforma contempla a demolição dos prédios do Centro de Línguas e do caseiro, que darão lugar a novas salas, banheiros, cantina e uma ampla área de convivência arborizada para esportes e aulas ao ar livre, além de um bicicletário.

No espaço onde hoje é a secretaria será erguido um labo-

ratório “maker”, com 24 notebooks, televisão e impressora 3D. A entrada do colégio também será alterada.

No dia 13 de março, dois jovens entraram no colégio armados e executaram o atentado. Antes de chegarem ao local, haviam matado um empresário, tio de um deles. Percebendo a chegada da polícia, o atirador de 17 anos matou seu comparsa, de 25, e se suicidou.

Desde o episódio, a gestão de Rossieli tenta colocar a escola de volta nos trilhos. Para o secretário, a obra será fundamental na melhoria do clima entre professores, alunos e gestores, ainda muito abalados pelas cenas de violência. “Nosso maior desafio é ouvir os jovens. Por isso, nós estamos ampliando os espaços de convivência da escola”, afirmou.

As obras deverão começar no dia 28 deste mês e têm prazo previsto para março de 2020. Um memorial em lembrança às vítimas do massacre também será construído, mas seu esboço não foi apresentado aos jornalistas.

A parceria mais pop envolve o muralista Eduardo Kobra, que fará um desenho exclusivo e será o responsável por ajudar os alunos na pintura do muro externo.

Até a conclusão das obras, os 2.300 estudantes — do ensino fundamental 2, do médio e do Centro de Línguas —, serão realocados para o campus da Faculdade Piaget, distante cerca de 1 km da Raul Brasil.

A secretaria da Educação vai arcar apenas com o aluguel e custos de água e energia elétrica do campus — orçados em R\$ 44 mil por mês. A estratégia de segurança em parceria com a Polícia Militar também será deslocada para o entorno da faculdade.

A captação dos recursos para a reforma da Raul Brasil ficou sob o guarda-chuva do Instituto Ecofuturo, mantido pela Suzano, companhia do segmento de papel e celulose.

Além dela, as empresas International Paper do Brasil, John Deere, Komatsu do Brasil, MRV Engenharia, Nadir Figueiredo, Paradise Golf Resort





de Mogi, PCN Suzano, Qualical e a Sanofi investiram nas obras.

Os projetos de paisagismo e arquitetura são dos escritórios de Roberto Riscala e Meg Valau. A obra será tocada pela Athié Wohnrath.

Rossieli disse ainda que a sua gestão se esforça para melhorar a estrutura das demais escolas. Cerca de 1.384 unidades estão passando por pequenas adequações, uma das ações do projeto Escola Mais Bonita.

O maior desafio da atual gestão será estruturar o Conviva SP, programa de combate ao bullying, automutilação e suicídio entre os estudantes.

Reportagem da Folha mostrou que as escolas da rede pública paulista registraram entre janeiro e setembro deste ano 1.145 casos de bullying. Destes, 23 serão investigados pela Polícia Civil. O próprio Rossieli diz que o número não retrata a realidade por causa da subnotificação e problemas no registro das ocorrências.

Em novembro, um questionário será aplicado em todas as 5.400 escolas da rede pública paulista. Os resultados vão servir de base para a criação de estratégias pela melhoria do clima das escolas, a principal meta do programa.

Uma das iniciativas é formar equipes entre os próprios estudantes para resolver as ocorrências. O projeto será tocado sob a consultoria do Gepem (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral), da Unesp.



Projeções mostram como ficará a Escola Estadual Raul Brasil após reforma, com prazo em março de 2020 Divulgação

Guedes quer eliminar piso para saúde e educação em estados e municípios

Fábio Pupo

BRASÍLIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda a eliminação dos patamares mínimos que estados e municípios devem aplicar em saúde e educação. A mudança está na minuta da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) prestes a ser apresentada ao Congresso para mudar regras fiscais e orçamentárias.

Hoje, a Constituição determina que estados devem destinar 12% da receita à saúde e 25% à educação. Municípios devem alocar 15% e 25%, respectivamente.

A União também tem pisos para as áreas. Com a entrada em vigor do teto de gastos em 2016, o mínimo a ser aplicado hoje é o montante do ano anterior mais a inflação. As discussões caminham para ao menos tirar a correção, o que eliminaria a elevação anual.

O formato final do texto a ser enviado ao Congresso ainda está em discussão e, por isso, pode sofrer alterações.

Os pisos para as áreas devem representar um dos pontos mais polêmicos do pacote, e o governo já prevê resistência de congressistas.

Por isso, parte do governo defende a Guedes que seja colocado no lugar dos pisos um mecanismo com percentuais mínimos para saúde e educação de forma global, somada.

Caso a sugestão dos técnicos seja acatada, seriam man-

tidos os patamares de 37% (estados) e 40% (municípios) da receita para as áreas, de forma somada.

Assim, governadores e prefeitos poderiam redirecionar os recursos conforme a demanda local. Dessa forma, um ente da Federação com mais idosos do que jovens poderiam destinar mais para a saúde em vez de educação.

A avaliação na equipe econômica é que é preciso dar mais flexibilidade aos orçamentos públicos e fazer com que Executivos e Legislativos pelo país tenham mais poder sobre a destinação dos recursos.

A equipe econômica anterior, de Michel Temer (MDB), já reclamava das amarras do Orçamento, afirmando que as diferentes regras adicionadas ao longo do tempo o tornaram mais engessado, dando aos governantes menor possibilidade de decisão.

Outro argumento para a eliminação dos pisos é que a medida não necessariamente vai reduzir destinações a essas áreas. Apenas vai deixar aos eleitos a decisão sobre o montante a ser aplicado — que até mesmo pode ser maior do que os pisos exigiriam.

Para uma ala da equipe econômica, a manutenção de um piso para as áreas pode levar a situações em que governadores e prefeitos gastariam apenas para cumprir o mínimo, sem uma real necessidade, como em reformas de escolas.

A revisão faz parte do conjunto de mudanças em regras fiscais e orçamentárias planejadas por Guedes em um pacote chamado por ele de pacto federativo, que deve ser contemplado em três PECs.

O objetivo principal do plano é desobrigar, desvincular e desindexar o Orçamento.

Na desvinculação, o objetivo é eliminar boa parte dos mais de 200 fundos públicos que hoje recebem recursos e têm destinação ligada a objetivos específicos.

É o caso do Funpen (Fundo Penitenciário Nacional), que tem de alocar recursos para penitenciárias enquanto o poder público vê outras necessidades na segurança pública.

Na desindexação, o plano é retirar a correção pela inflação de diferentes despesas.

Conforme a Folha já publicou e Guedes confirmou em audiência pública, cálculos da Economia apontam que seria possível poupar R\$ 37 bilhões com a desindexação em um ano. Mas o número final pode ficar abaixo disso com a retirada de medidas impopulares.

O pacto ainda prevê a criação do Conselho Fiscal da República, que vai monitorar a política fiscal no país.

O colegiado será composto pelos presidentes da República, da Câmara, do Senado, do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas da União, além de governadores e prefeitos quando convidados.





Segundo trecho da PEC ao qual a **Folha** teve acesso, o objetivo do órgão é salvaguardar a sustentabilidade das contas públicas, monitorar os orçamentos, verificar o cumprimento de exigências constitucionais e legais, expedir recomendações e comunicar ou providenciar a correção de eventuais irregularidades.

A LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 2001, já determinava a criação de um conselho para acompanhar e aprimorar as contas públicas, mas o órgão nunca saiu do papel.

Diante das discrepâncias em metodologias de estados e União (principalmente para verificar o cumprimento de limites para gastos com servidores), a equipe econômica colocou a criação do grupo como um objetivo nesta gestão.

O pacote prevê ainda outras medidas, como mudança no repasse de recursos para estados e municípios e acionamento de gatilhos para redução de despesas.

Aprendizado Na esteira do renovado movimento de consolidação do mercado de educação, o grupo Positivo pode em breve expandir suas fronteiras para além do Sul, onde está concentrado desde sua fundação nos anos 1970. A empresa negocia comprar escolas em Mato Grosso do Sul e em ao menos um estado do Nordeste, além de ter interesse em ativos no Sudeste, segundo quem conhece os planos. Neste mês, o apetite do Positivo levou à aquisição de seis instituições em três dias seguidos.

Fome Somadas as aquisições atingem aproximadamente R\$ 100 milhões. A direção diz ter outros R\$ 200 milhões para novas compras.

Em série No dia 9 de outubro, o Positivo comprou duas unidades de um colégio chamado Semeador, em Foz do Iguaçu (PR). No dia 10, em Cascavel (PR), foram duas

unidades da Passo Certo. E no dia 11, em leilão público, levou duas escolas da massa falida do Grupo Expoente, em Curitiba, com lance de pouco mais de R\$ 58 milhões.

Lição de casa Após a série de compras, o Positivo ficou com 21 unidades de educação básica, com cerca de 20 mil alunos do infantil ao pré-vestibular, em seis cidades. O grupo também mantém investimentos no ensino superior. Neste ano colocou R\$ 30 milhões em cursos da área médica.

Bairrista O impulso do Positivo por aquisições surpreende, segundo Carlos Monteiro, da CM Consultoria. “A expansão feita até agora baseou-se em parcerias e franquias. Após vender o sistema de ensino privado ao Ari de Sá [Arco], farão rota inversa. O Positivo precisa perder a imagem de sulista”, diz Monteiro.

Diferença para professores



Sessão do Senado que analisou destaques e concluiu a votação da reforma do sistema previdenciário. Agora, falta a PEC Paralela

A ideia de criar uma Previdência para todos os brasileiros esbarrou em especificidades de algumas categorias, entre elas a de professores. Pela proposta de emenda à Constituição (PEC) nº 6/2019, os docentes terão três regras de transição diferentes para se aposentar: por idade, por pontos e por progressão. No entanto, a categoria não se sente atendida pelas normas especiais.

A idade mínima de aposentadoria para os professores, pela regra aprovada, é de 60 anos para homens, e 57 para mulheres. Os professores terão direito a receber 60% da média de 20 anos consecutivos de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a professoras, de 15 anos. A esse valor será acrescido 2% a cada ano excedente de contribuição. Existe a possibilidade de professoras se aposentarem aos 51 anos e professores aos 56 com um aumento de seis meses a cada ano, até alcançarem 57 as mulheres, e 60 os homens.

Os docentes também poderão se aposentar, no período de transição, por

pontos, em que a soma dos anos de trabalho com os de contribuição deve atingir 91 para homens e 81 para mulheres com, no mínimo 30 anos de contribuição para eles e 25 para elas.

Apesar das diferenças nas regras, a categoria não se sente atendida. A diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Rosilene Correa afirma que o modelo anterior, mais ameno que o atual, já era desvantajoso. Segundo ela, com o maior desgaste dos profissionais da educação, sofrerão, também, os estudantes, que sentirão uma queda na qualidade das aulas.

Ela também não considera que a categoria tenha sido, de fato, beneficiada. “As pessoas acham que basta ter um mínimo de diferença que se considera uma grande vantagem. Nosso pleito era manter as condições atuais, que já são um problema. A realidade do país é de uma categoria adoecida. No DF, temos mais de 5 mil professores afastados das salas de aula, exercendo outra atividade nas escolas. Essa é a prova que não temos saúde para aumentar, sequer, um mês de trabalho. Esse adoecimento não é

por acaso. E a reforma pune mais ainda esses trabalhadores. E de carona, compromete os alunos”, avaliou.

Energia

“A educação sofre. Tem sua maioria composta por mulheres. Isso compromete não só a qualidade de vida, mas a qualidade do trabalho em si. Você continua produzindo de acordo com suas profissões. O professor vai lidar com crianças e adolescentes que vão exigir dele uma energia que ele não terá mais. Pois vamos continuar atendendo as crianças e adolescentes”, alertou. Para a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Adriane Bramante, “o que foi dado com uma mão, foi tirado com outra”. (LC)

PEC Paralela avança

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet (MDB-MS), marcou para 6 de novembro a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2019, a PEC Paralela que inclui estados e municípios na reforma da Previdência. O relator da matéria, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), informou que a expectativa é de que, se houver acordo entre os líderes, a proposta seja encaminhada no mesmo dia ao plenário do Senado. O impacto fiscal previsto com a proposta é de R\$ 350 bilhões em 10 anos, de acordo com o relator. Após a votação em segundo turno na Casa, a matéria será encaminhada para a Câmara onde também precisará passar por duas votações.

Aulas gratuitas na Biblioteca

A Biblioteca Nacional de Brasília (BNB) vai oferecer aulas gratuitas de direito constitucional, voltado para concursos públicos. Serão ministradas cinco aulas no Centro de Ensino Fundamental 01 (CEF 01), no Varjão, sempre aos sábados, entre as 8h e as 12h, a partir do próximo dia 26.

As aulas serão ministradas por Cristian Brayner, advogado especialista em direito constitucional, que é o atual subsecretário do Patrimônio Cultural do Distrito Federal.

“A melhor forma de cuidar do patrimônio é cuidar das pessoas, indo ao encontro delas, garantindo qualidade de vida por meio da educação. Assim, elas passam a frequentar naturalmente os nossos museus e as nossas bibliotecas. É o

que passaremos a fazer, iniciando pelo Varjão,” afirmou Brayner.

O Programa tem o apoio da Administração Regional do Varjão, da Secretaria de estado de Educação, do Governo do Distrito Federal e do Gabinete do vice-governador, Paco Britto. A Biblioteca Nacional também possui um programa de ensino de línguas estrangeiras, com aulas gratuitas de francês, inglês, espanhol e japonês na sede da biblioteca, no Plano Piloto.

O curso é aberto a todos e não há limite de vagas, mas é preciso fazer um cadastro no site da Biblioteca Nacional ou pessoalmente, na Administração Regional do Varjão. O telefone para informações é 3901 7543.

Escolas terão de receber alunos lesados pelo Alub

Decisão ocorreu na reunião de pais com órgãos responsáveis em Promotoria

PEDRO MARRA

redacao@grupojbr.com

Os ex-alunos da Rede Alub — prejudicados pela greve salarial dos professores — poderão ser transferidos para unidades de ensino do DF, tanto particulares como privadas que estejam credenciadas na Secretaria de Educação. Essa foi uma das decisões feitas na reunião ocorrida ontem à tarde no auditório da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude, localizada na 711/911 Norte.

As promotorias de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc) e do Consumidor (Prodecon) promoveram o encontro para requisitar novas informações sobre o caso.

Cátia Vergara foi quem ministrou o encontro. A promotora de Justiça deu entrevista coletiva à imprensa e esclareceu que as escolas terão obrigação de receber matrículas de ex-alunos do Alub, mesmo sem capacidade o suficiente.

"A reunião teve como objetivo principal assegurar que esses alunos da Rede Alub consigam terminar o ano letivo, trazendo o menor prejuízo possível a esses alunos. Não haverá prejuízo em termos educacionais, porque hoje, qualquer aluno de 4 a 17 anos que for com documento pessoal numa escola, ela tem a obrigação de receber esse aluno, mesmo que não tenha documentação escolar", afirma a promotora.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) investiga a suspensão da prestação de serviços oferecidos pelas escolas da Rede Alub de Educação. Vergara explica como funciona a questão burocrática para os pais que forem fazer transferência dos filhos para



A promotora Cátia Vergara se reuniu com pais de alunos para garantir a colocação em outras escolas

outro colégio.

"As declarações de transferência estão sendo emitidas pela Rede Alub. O histórico escolar tem um prazo legal de, no máximo, 45 dias para ser entregue. Todos os danos de ordem material e moral vão ser objetos de ações judiciais se os pais não conseguirem negociar", explica.

Pai desorientado

Carlos Silva, 34 anos, foi um dos pais lesados pela greve. Há duas semanas, os três filhos, que são estudantes do Ensino Fundamental I e II, estão sem receber aulas.

"Espero que tenha uma resolução sobre as atividades escolares com algum ajuste para terminar o ano letivo ou reembolsar o que a gente pagou, porque fui pego to-

talmente de surpresa. Só acho mensalidades com mais de R\$ 1 mil por aluno. Eu pagava uma taxa mensal de R\$ 600 no Alub. Não sei exatamente o que fazer nesse fim de ano", conta Carlos.

O encontro teve a participação de pais e responsáveis dos estudantes, Secretaria de Educação, DF Legal, Procon, Comissão de Educação da OAB, e principalmente da Rede Alub, que foi representada pelo vice-presidente da instituição, Rodrigo Aragão.

Vale lembrar que os alunos estão sem aulas desde o início do mês. Um dos motivos é o fato dos professores terem entrado em greve por conta da falta de pagamento.

Entenda o caso

O credenciamento do Colégio

Alub da Asa Norte junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) estava vencido desde o início de 2019. Não houve renovação porque a escola mudou de endereço e passou a ofertar aulas para alunos da pré-escola (crianças de 4 e 5 anos) sem autorização prévia da Secretaria de Educação.

Com o indeferimento do credenciamento, em julho de 2019, a unidade não poderia continuar a funcionar.

Por esse motivo, a Proeduc já havia instaurado investigação e requisitado informações à Secretaria de Educação e à mantenedora da rede sobre as providências para garantir os direitos dos alunos. Também foram requisitadas informações sobre as medidas adotadas pelo DF Legal.

PEDRO MARRA/JORNAL DE BRASÍLIA